



## Poder Judiciário

# Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

### Diário Eletrônico de Justiça Nacional Certidão de publicação 3006 de 10/02/2023 Intimação

**Número do processo:** 0012416-32.2016.8.11.0042

**Classe:** Ação PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

**Tribunal:** Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

**Órgão:** 7ª VARA CRIMINAL DE CUIABÁ

**Tipo de documento:** Decisão

**Disponibilizado em:** 10/02/2023

**Inteiro teor:** [Clique aqui](#)

#### Teor da Comunicação

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CRIMINAL DE CUIABÁ DECISÃO PROCESSO N. 0012416-32.2016.8.11.0042 AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RÉU(S): RICARDO MARIO CECCARELLI Vistos etc. Trata-se de Ação Penal movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO em face de: RODRIGO DE MARCHI como incurso nas penas do artigo 312 c/c artigo 29, todos do Código Penal (por uma vez) e do artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); KENNEDY RODONY DE JESUS MARQUES como incurso nas penas do artigo 312 c/c artigo 29, todos do Código Penal (por uma vez) e do artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); JEAN ESTEVAN CAMPOS OLIVEIRA como incurso nas penas do artigo 312 c/c artigo 29, todos do Código Penal (por uma vez) e do artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); RICARDO MARIO CECCARELLI como incurso nas penas do artigo 312 c/c artigo 327, § 1º c/c artigo 29, todos do Código Penal (por uma vez); artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); artigo 297, § 1º, do Código Penal c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); e artigo 298 do Código Penal c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 04 vezes); KAREN RUBIN como incurso nas penas do artigo 312 c/c artigo 327, § 1º c/c artigo 29, todos do Código Penal (por uma vez); artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); artigo 297, § 1º, do Código Penal c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes); e artigo 298 do Código Penal c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 04 vezes); e DIEGO FERNANDO LEMOS MELLO DE MENEZES como incurso nas penas do artigo 312 c/c artigo 29, todos do Código Penal (por uma vez) e artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal (por 05 vezes). Pois bem, o art. 395 do Código de Processo Penal dispõe sobre as hipóteses da rejeição da denúncia, in verbis: Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando: I - for manifestamente inepta; II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou III - faltar justa causa para o exercício da ação penal. Parágrafo único. (Revogado). A inépcia formal apontada pelo referido artigo ocorre quando a peça acusatória não preenche os requisitos obrigatórios do art. 41 do Código de Processo Penal, dando ensejo à rejeição com base no art. 395, inciso I, do CPP. Nesse sentido, nos termos do art. 41 do CPP, a peça acusatória deve conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-los, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas. No que tange à inépcia material, tem-se que há, quando não tem justa causa para a ação penal, ou seja, quando a peça acusatória não está respaldada por aquele lastro mínimo indispensável para a instauração de um processo penal, hipótese em que a rejeição terá como fundamento o inciso III, do art. 395 do CPP. Consigne-se, por ser importante, que a expressão “justa causa” deve ser entendida como um lastro mínimo indispensável para a instauração de um processo penal. Compreende-se o lastro mínimo como prova da materialidade e indícios de autoria, requisitos conferidos, normalmente, pelo inquérito policial. Por fim, a denúncia será rejeitada com fundamento no inciso II, do art. 395 do CPP, quando faltar pressuposto processual, o qual se subdivide em pressuposto de existência e de validade da relação processual, ou quando faltar condição para o exercício da ação penal, apontados pela doutrina como sendo as condições genéricas da ação penal: possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir, a

legitimatio ad causam e a justa causa. Frise-se que prevalece na jurisprudência pátria o entendimento de que o magistrado não está obrigado a fundamentar a decisão de recebimento da peça acusatória, até mesmo para se evitar que eventual excesso na fundamentação acarrete indevida antecipação da análise de mérito. Some-se a isto que o Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento de que o ato judicial que formaliza o recebimento da denúncia não se qualifica, nem se equipara para os fins a que se refere o art. 93, IX, da Constituição Federal, a ato de caráter decisório. O Juízo positivo de admissibilidade da acusação penal não reclama, em consequência, qualquer fundamentação (STF, HC 93.056/SP, Rel. Celso de Mello, j. 16/12/2008; STF, RTJ 165/877-878, 877, Rel. Min. Celso de Melo). A despeito de se tratar de prova indiciária e unilateral, anoto que as provas mencionadas na denúncia são elementos suficientes para o desencadeamento da ação penal, tendo em mente que nesta fase processual o juízo é de prelibação e o princípio vigente é “in dubio pro societate”. Com essas considerações, em análise à peça acusatória, nota-se que a inicial atende ao disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal e que não há incidência de nenhuma das hipóteses previstas no artigo 395 do CPP, pelo que RECEBO a denúncia oferecida em face dos réus supracitados, por satisfazer os requisitos legais, vez que amparada em indícios de autoria e materialidade. Citem-se e intimem-se os acusados para apresentarem, por meio de representante com capacidade postulatória, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 396 de CPP. Por ocasião da intimação, o Senhor oficial de Justiça deverá indagar os acusados se pretendem constituir advogado particular, ou se não tem condições de fazê-lo. Caso diga que não pretende contratar advogado, ou certificado o decurso do prazo sem a apresentação de defesa escrita pelo defensor constituído, fica, desde já, nomeado o Defensor Público que atua neste Juízo para proceder-lhe a defesa, o qual deverá ser intimado a apresentar resposta à acusação, nos moldes previstos pelo artigo 396-A, do CPP. Advirtam-se os acusados que doravante, qualquer mudança de endereço deverá ser informada ao Juízo, para fins de adequada intimação e comunicação oficial. Conforme disposto no caput do artigo 362 do CPP, verificando que algum réu se oculta para não ser citado, o Oficial de Justiça deverá certificar a ocorrência e proceder à citação com hora certa, na forma estabelecida nos artigos 252 a 254, do Código de Processo Civil. No mais, deixo de deferir o requerimento de apensamento contido na cota ministerial, uma vez que, em consulta ao Sistema PJE, foi possível verificar que o Inquérito Policial n. 135/2016/DECFCAP/MT, distribuído sob a numeração única 0007187-86.2019.811.0042, já se encontra associado a estes autos. Por fim, proceda a Secretaria à retificação da autuação, incluindo todos os denunciados no polo passivo da presente ação penal. Ciência ao Ministério Público. Às providências necessárias. Cuiabá, datado e assinado eletronicamente. Jean Garcia de Freitas Bezerra Juiz de Direito

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/Q19VxvmE6MMS15gfmT8ojdx64eny8l/certidao>  
Código da certidão: Q19VxvmE6MMS15gfmT8ojdx64eny8l